

CAISAN

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Indicadores e Principais Resultados do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANSAN 2012/2015

Brasília | Novembro, 2015



CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN
TEREZA CAMPELLO – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Presidenta

Pleno Ministerial da CAISAN

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - **JAQUES WAGNER**
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – **KÁTIA ABREU**
MINISTÉRIO DAS CIDADES – **GILBERTO KASSAB**
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – **CELSO PANSERA**
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – **PATRUS ANANIAS**
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – **TEREZA CAMPELLO**
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – **ALOIZIO MERCADANTE**
MINISTÉRIO DA FAZENDA - **JOAQUIM LEVY**
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – **GILBERTO OCCHI**
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – **JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO**
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - **IZABELLA TEIXEIRA**
MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - **NILMA LINO GOMES**
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **NELSON BARBOSA**
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – **MAURO VIEIRA**
MINISTÉRIO DA SAÚDE – **MARCELO CASTRO**
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – **MIGUEL ROSSETTO**
SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - **RICARDO BERZOINI**

Secretário-Executivo da CAISAN

Arnoldo de Campos

Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares – DEISP/SESAN
Patrícia Chaves Gentil - Diretora

Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional – CGMAS

Carmem Priscila Bocchi

James Richard Silva Santos

Juliane Helriguel de Melo Perini

Natália Araújo de Oliveira

Pedro Flach Romani

Rafaela de Sá Gonçalves

Diagramação

Miguel Araújo da Cunha

Apresentação

O documento “Indicadores e Principais Resultados do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2105” foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN especialmente para a quinta edição da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que ocorrerá em Brasília de 03 a 06 de novembro de 2015.

Desde o início de suas atividades a CAISAN vem se empenhando em organizar ferramentas e metodologias de monitoramento da Política e do Plano Nacional de SAN, de forma a subsidiar os gestores públicos na tomada de decisões sobre a Política e a sociedade no seu papel acompanhar, avaliar e fazer propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

É desta forma participativa que funciona o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), e que, em 2016, estará completando 10 anos de existência. Avaliamos que há um esforço tanto da parte dos gestores públicos quanto da sociedade para que o funcionamento e o fortalecimento das instituições que compõe o SISAN seja uma realidade cada vez mais constante no âmbito da União, Estados e Municípios.

Temos hoje o Consea e a Caisan nacionais em pleno funcionamento e os 26 estados da federação e o Distrito Federal aderidos ao SISAN e com estas instâncias também em funcionamento. Ressalta-se, ainda, que todos eles realizaram suas Conferências em 2015.

Quanto aos municípios, segundo dados coletados pelo MAPASAN 2015, dos 2.089 que responderam ao questionário do MAPASAN, 980 disseram possuir um Consea Municipal e 296 afirmaram já ter uma Câmara Intersetorial de SAN (dados preliminares). Mais ainda, 718 realizaram conferências municipais em 2015 (de um total de 2.089).

Os debates e propostas decorrentes da V Conferência irão fortalecer ainda mais o SISAN, sua intersectorialidade e suas instâncias participativas e trazer importantes subsídios para a elaboração do II Plano Nacional de SAN 2016-19.

Arnoldo de Campos
Secretário Executivo da CAISAN Nacional

PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Nos últimos anos vários **avanços** foram conquistados na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente em relação à melhoria do acesso da população brasileira aos alimentos, consequência de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza.

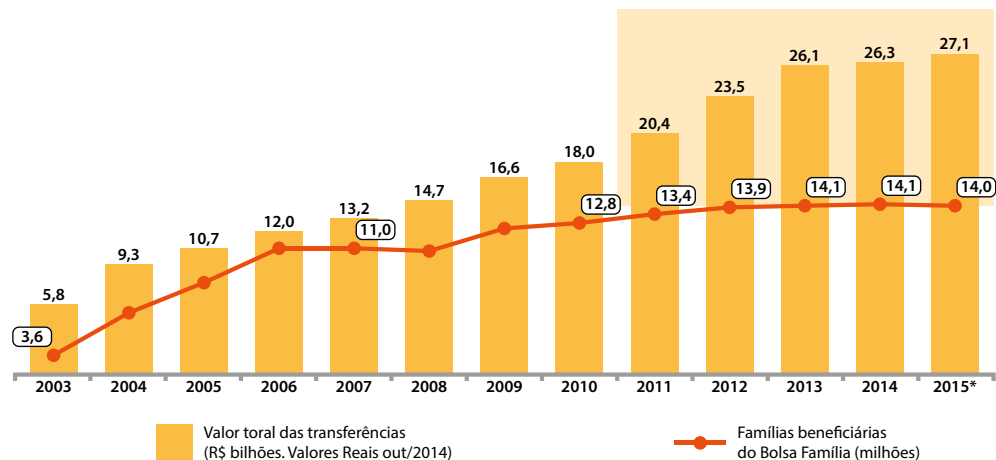
De um modo geral, a **renda média domiciliar per capita vem aumentando** de forma significativa. Entre a população mais pobre esse crescimento tem acontecido de forma ainda mais acelerada, o que contribuiu também para a redução das desigualdades sociais. O crescente aumento da renda, aliado a outras políticas de SAN, permitiu que o percentual de domicílios brasileiros em insegurança alimentar grave diminuísse na última década.

O Brasil também tem alcançado **destaque na esfera internacional**, atingindo as principais metas estabelecidas para a superação da extrema pobreza e da fome no mundo. *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014*, relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, revela que o indicador de população em subalimentação no Brasil (PoU - Prevalence of Undernourishment, na sigla em inglês) caiu para menos de 5%, limite estatístico abaixo do qual considera-se que **o país superou o problema da fome**.

Nos últimos 4 anos, duas frentes de atuação do Governo Federal merecem destaque na promoção do acesso universal aos alimentos: as políticas voltadas para o **aumento da renda**, como o ganho real do salário mínimo e a progressiva expansão do Programa Bolsa Família; e as ações voltadas para a **busca ativa e o mapeamento dos grupos populacionais tradicionais e específicos**, como o fortalecimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Mapear e cadastrar as famílias mais vulneráveis à fome é o primeiro passo para tirá-las da invisibilidade e assegurar sua inclusão em políticas que ampliam as condições de acesso aos alimentos.

Expansão do Programa Bolsa Família

Evolução do gasto total com transferência direta de renda e número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, Brasil, 2003-2015

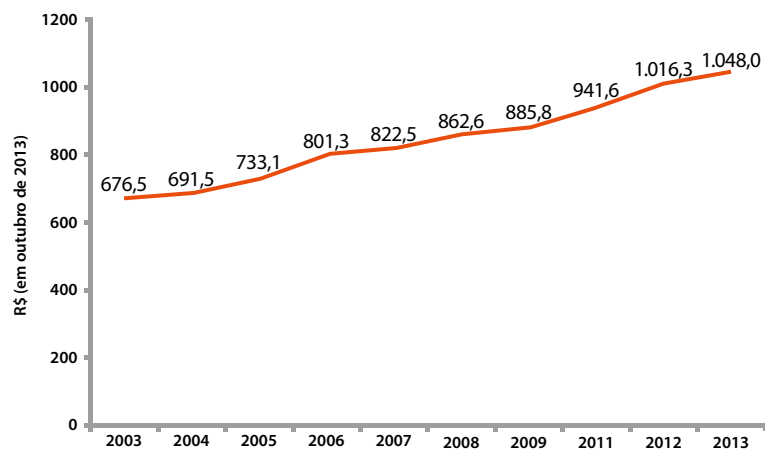


Valores reais corrigidos pelo IPCA de outubro/2014. (*) Valor previsto na lei orçamentária anual.

Fonte: MDS

Aumento da renda das famílias brasileiras

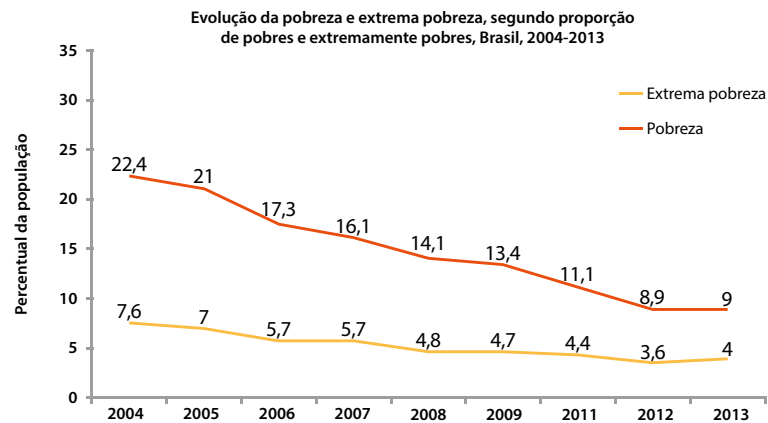
Renda domiciliar per capita, Brasil, 2003-2013



* No ano de 2010, em virtude da realização do Censo Demográfico, não há coleta de dados pela PNAD.

Fonte: IPEADATA

Redução da pobreza e extrema pobreza

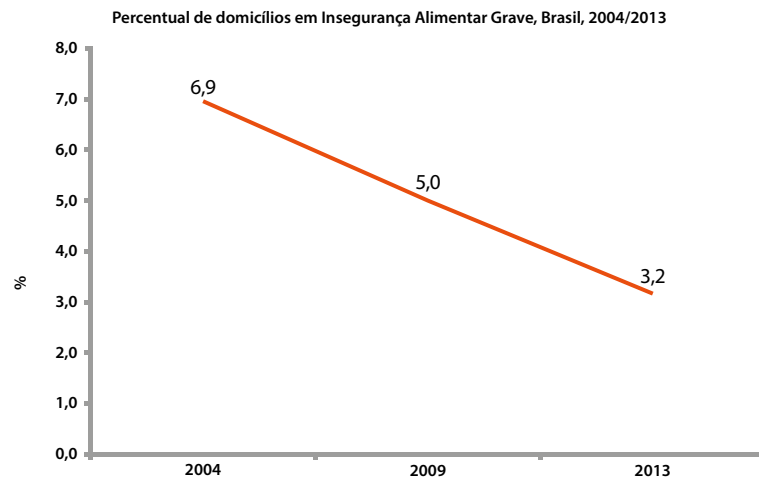


* No ano de 2010, em virtude da realização do Censo Demográfico, não há coleta de dados pela PNAD.

Fonte: PNAD/IPEADATA, 2014.

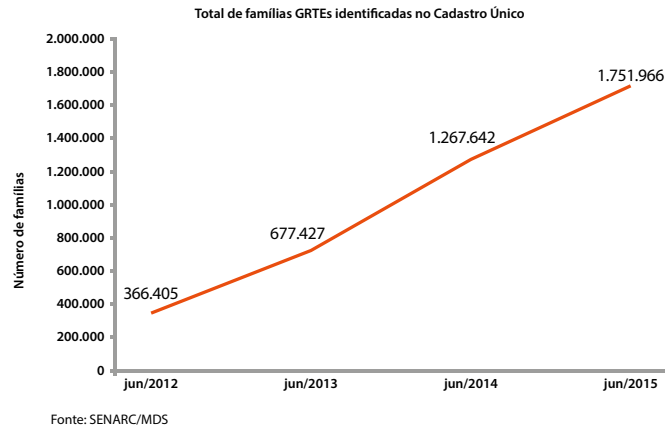
Nota: Decreto 7492 (Brasil sem Miséria).

Diminuição do nº de famílias em situação de insegurança alimentar



Fonte: PNAD/ Suplemento de Segurança Alimentar.

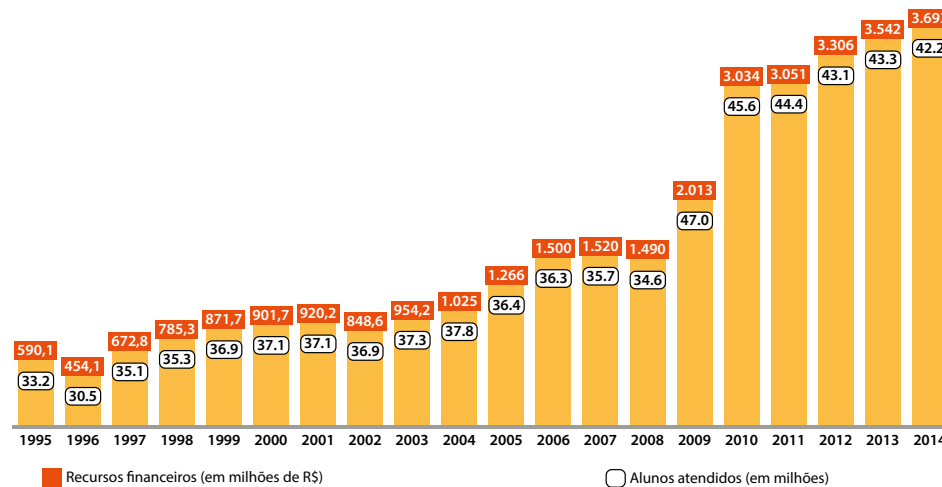
Ampliação da identificação de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)* no Cadastro Único



*Os GPTEs incluem as famílias indígenas, quilombolas, ciganas, pertencentes a comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, de agricultores familiares, de assentados da reforma agrária, de acampados, de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de catadores de material reciclável, em situação de rua e de presos do sistema carcerário.

Também o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** constitui importante estratégia de promoção do acesso à alimentação. O Programa tem cobertura universal para toda a rede pública de educação básica e os repasses financeiros do Governo Federal para as Entidades Executoras crescem a cada ano.

Aumento de 21% dos recursos financeiros aplicados no PNAE nos últimos 4 anos



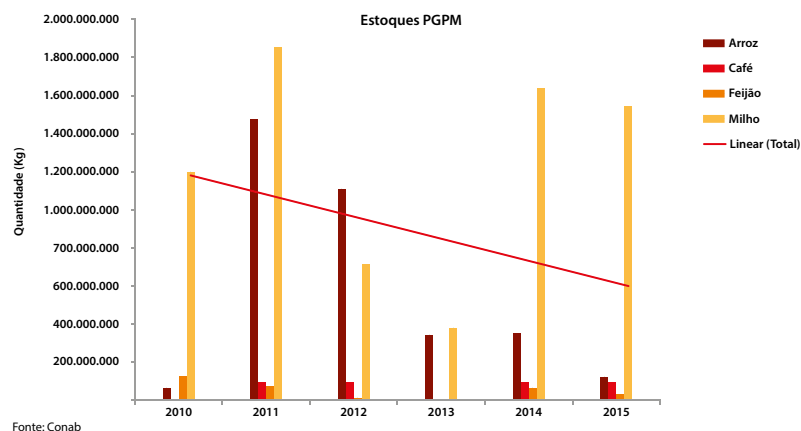
PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS, DE BASE AGROECOLÓGICA E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Políticas de apoio à comercialização agrícola têm considerável relevância na garantia da segurança alimentar da população. Nessa temática, o Estado brasileiro tem atuado destacadamente por meio da **Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**. As intervenções dessa Política não se relacionam apenas com políticas de fomento à produção agrícola, mas também com a estabilização dos fluxos e da garantia do acesso da população aos alimentos.

A intervenção pública no Brasil ocorre em resposta a pressões do setor produtivo ou a crises no abastecimento em caráter conjuntural. De forma sintética, essas intervenções retiram produto do mercado em situações de excesso de oferta e devolvem após a normalização da conjuntura de preços.

Nos últimos cinco anos, com a economia nacional estabilizada, forte desenvolvimento tecnológico no campo, além do apoio governamental, a agricultura, em geral, viveu tempos de preços remuneradores e estabilidade desses valores. Uma das comprovações de tal realidade é a redução dos estoques públicos.

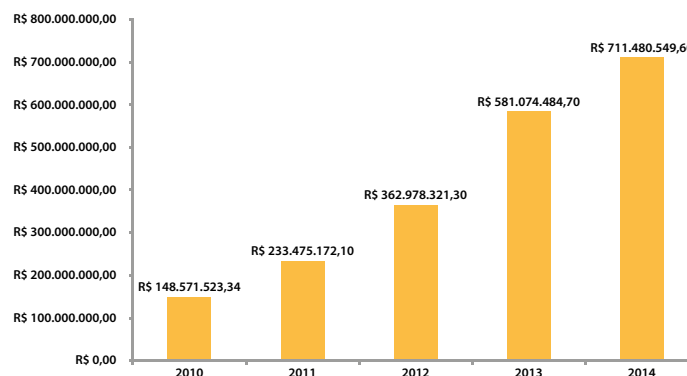
Evolução dos estoques da PGPM



De outro lado, as ações do Governo voltadas **para a ampliação dos mercados institucionais para a agricultura familiar** também merecem destaque. Nos últimos anos, duas novas modalidades do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** foram instituídas: a **Aquisição de Sementes**, que permite a compra e doação de sementes pelo Programa; e a **Compra Institucional**, que autoriza que municípios, estados, DF e órgãos federais da administração direta e indireta comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, dispensada licitação.

No âmbito do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, a compra da agricultura familiar também representa importante mercado.

Ampliação da aquisição da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE



Fonte: FNDE, SigPc OnLine, 2015 (Dados preliminares).

O **mercado institucional de alimentos**, integrado a outras políticas de SAN, interfere de forma positiva no sistema alimentar, por produzir circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo, que asseguram não só a inclusão produtiva das famílias de agricultores familiares, mas também alimentos mais saudáveis para a população.

Recentemente, o Governo Federal anunciou outra importante medida para o **fortalecimento das compras públicas**. O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 estabeleceu que os órgãos federais (administração direta e indireta) deverão destinar pelo menos 30% dos recursos aplicados à aquisição de alimentos para compra de produtos da agricultura familiar e suas organizações. As compras poderão ser feitas por órgãos que fornecem alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches, escolas

filantrópicas, entre outros.

Com o objetivo de incluir produtivamente os agricultores familiares do Semiárido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apoia a construção de **640 bancos comunitários de sementes** até fevereiro de 2016. A ação, que conta ainda com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **vai beneficiar pelo menos 12,8 mil famílias rurais** que fazem parte do CadÚnico.

Outra importante ação de inclusão produtiva de agricultores familiares é o **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais**, que auxilia as famílias de produtores rurais na elaboração de projetos de estruturação produtiva, por meio de repasse de recursos e oferta de serviços de ATER.

Evolução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Número de famílias beneficiadas pelo Programa de Fomento e valores repassados às famílias, Brasil, 2012-2015		
Ano	Nº de famílias incluídas (3)	Valor repassado às famílias (R\$)
2012	24.003	R\$ 27.427.500
2013	30.314	R\$ 61.496.100
2014	93.130	R\$ 213.965.100
2015 (1)	36.493	R\$ 119.516.000
Total (2)	183.940	R\$ 422.404.700

Fonte: Base de beneficiários do Programa de Fomento, SESAN/MDS.

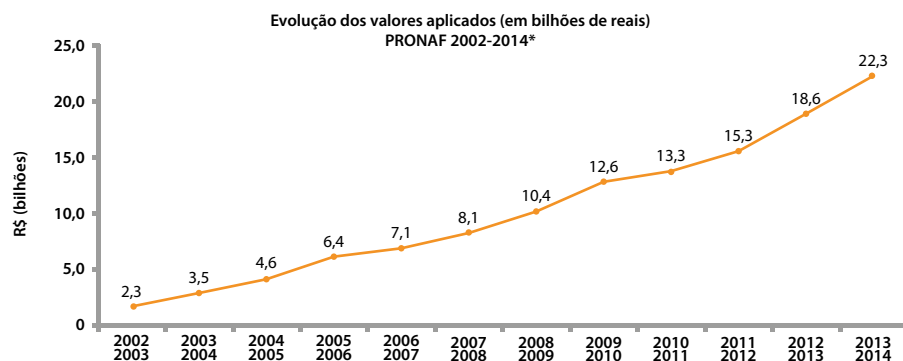
(1) Em 2015, dados até agosto.

(2) O total de famílias inclui agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, conforme define a Lei nº 11.326/2006.

(3) Número de famílias incluídas no Programa de Fomento, considerando o início do atendimento da Ater e o repasse da primeira parcela dos recursos para os investimentos nos projetos produtivos.

Por sua vez, o investimento em **políticas de financiamento e proteção da produção da agricultura familiar, aliadas às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** exercem papel fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

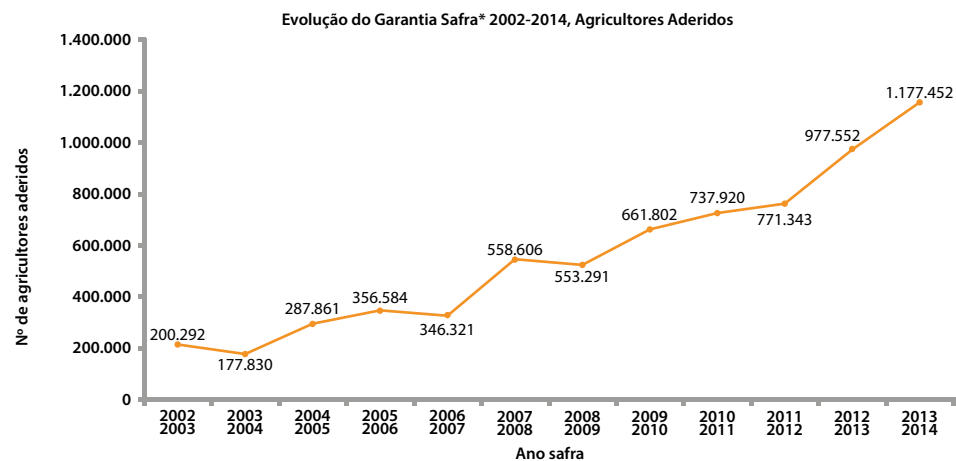
Evolução dos recursos financeiros aplicados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)



Fonte: Bacen/Derop/Sicor e MDA: <http://www.mda.gov.br>. Elaboração: CAISAN/MDS.

* Estas informações são parciais e ainda poderão ser revisadas pelo Banco Central do Brasil. O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

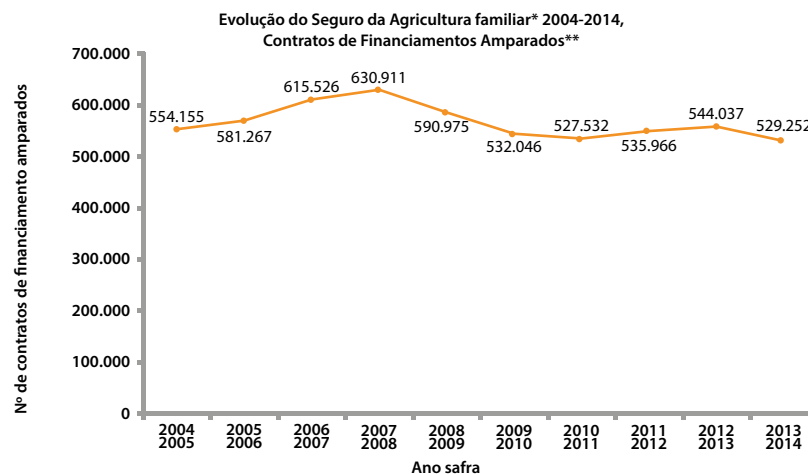
Evolução do nº de agricultores beneficiados pelo Garantia Safra



Fonte: SAF/MDA: <http://www.mda.gov.br>. Elaboração: CAISAN/MDS.

*Beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Evolução do nº de agricultores beneficiados pelo Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

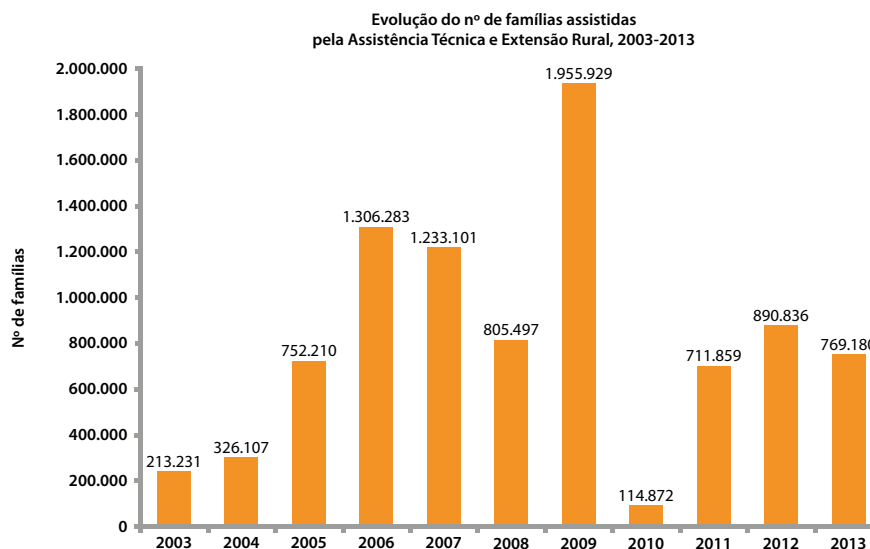


Fonte: SAF/MDA: <http://www.mda.gov.br>. Elaboração: CAISAN/MDS.

*Beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

**Soma das adesões de dois tipos de cobertura: cobertura normal do custeio e cobertura adicional do investimento.

Evolução do nº de famílias assistidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)



Fonte: 2003-2008 CGPO (Coordenação de Planejamento e Orçamento) / 2009/2013 SIATER e DATER/SAF/MDA:

<http://www.mda.gov.br>. Elaboração: CAISAN/MDS.

Obs.: Nos valores estão computados recursos de emendas parlamentares. Não estão computados recursos da Capacitação e os aplicados nos PCT. No ano 2003, como não existia ação Ater, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA.

Em relação ao acesso à terra por trabalhadores rurais, entre 2003 e 2014, foram implementados **9.127 projetos de regularização fundiária**. 721.442 famílias de agricultores familiares foram assentadas em uma área total correspondente a 88,29 milhões de hectares.

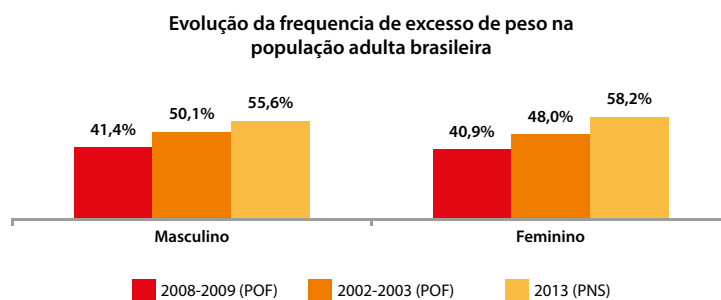
Ano	Projetos	Área (Ha)	Famílias
2003	320	4.526.138	36.301
2004	454	4.687.393	81.254
2005	869	13.437.558	127.506
2006	672	9.237.949	136.358
2007	389	5.747.068	67.535
2008	331	4.143.246	70.157
2009	299	4.633.822	55.498
2010	210	1.878.008	39.479
2011	109	1.902.884	22.021
2012	117	322.314	23.075
2013	132	315.574	30.239
2014	145	415.436	32.019
Total	9.127	88.297.609	721.442

Fonte: Sipra, INCRA, 2015.

INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SAN E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)

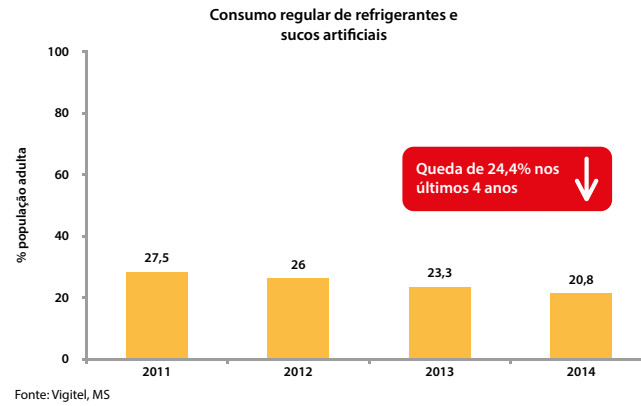
Atualmente, um dos grandes desafios para a garantia da SAN é a criação de um contexto favorável à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, mostram que o **excesso de peso** já atingiu 55,6% dos homens adultos e 58,2% das mulheres adultas no país, dos quais 16,8% e 24,4%, respectivamente, estavam com obesidade.

Nos últimos 11 anos, a frequência de excesso de peso aumentou 14,2% na população masculina e 17,3% na população feminina.

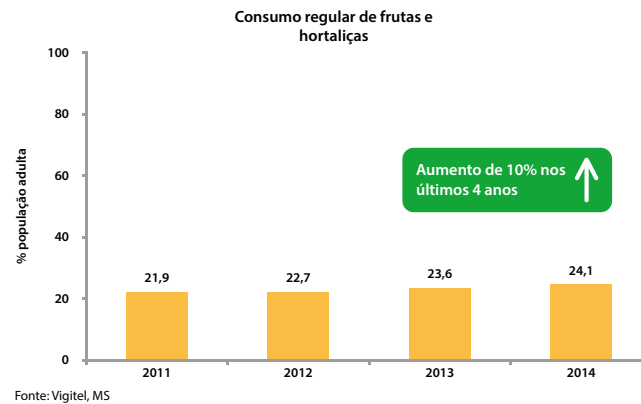


Apesar do cenário, dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), realizada pelo Ministério da Saúde, mostram que entre 2011 e 2014 houve uma evolução positiva em relação a alguns aspectos: o **consumo de refrigerantes e sucos artificiais** diminuiu em quase 25%; o **consumo regular de frutas e hortaliças** teve um aumento de 10% e o **consumo de carnes com gordura** caiu em quase 10%. No entanto, restam muitos desafios, como a diminuição do consumo de alimentos processados e ultraprocessados e o alcance da recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o consumo diário mínimo de frutas e hortaliças.

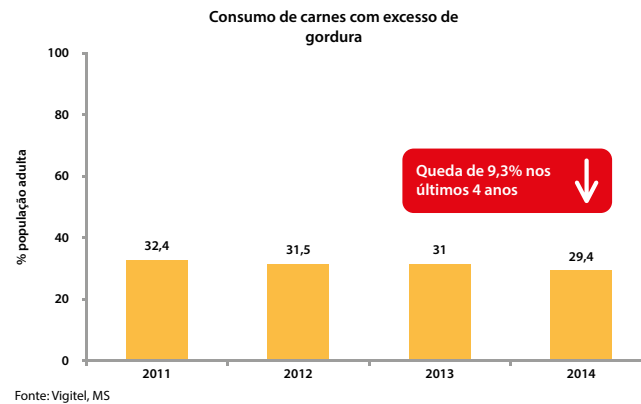
Diminuição do consumo de refrigerantes e sucos artificiais



Aumento significativo do consumo de frutas e hortaliças



Diminuição do consumo de carnes com excesso de gordura



Para que sejam efetivas, as políticas de promoção da alimentação adequada e saudável devem ser formuladas e implementadas de forma intersetorial. Cabe destacar, por exemplo, a integração da agenda de promoção da alimentação adequada e saudável às ações de saúde ofertadas de forma complementar à agenda de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). Em 2014, estudo que ficou conhecido como *CadSISVAN*, produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comprovou que **crianças beneficiárias do PBF**, acompanhadas continuamente pela atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) por 4 anos ou mais, apresentam **50% menos chances de apresentarem desnutrição crônica e 10% menos chances de estarem com excesso de peso**, quando comparadas às crianças beneficiárias acompanhadas por apenas 1 ano.

Outra frente de atuação do Governo Federal é a produção de materiais voltados à promoção da alimentação adequada e saudável, como mais recentemente o **Guia Alimentar para a População Brasileira** e o livro **Alimentos Regionais Brasileiros**.

Guia Alimentar para a População Brasileira - instrumento de apoio e incentivo a práticas alimentares, no âmbito individual e coletivo, que pode promover o diálogo entre diferentes setores das três esferas de governo e gerar repercussões em políticas envolvidas, direta ou indiretamente, com as etapas do sistema agroalimentar.



Alimentos Regionais Brasileiros - divulga a variedade dos alimentos regionais, orienta seu uso em preparações culinárias e promove a alimentação adequada e saudável, por meio do resgate, valorização e fortalecimento da cultura alimentar brasileira.



A realização de campanhas que promovem o consumo de alimentos saudáveis também é importante iniciativa desenvolvida por diversos órgãos de governo como, por exemplo, a Semana do Alimento Orgânico, realizada pelo Ministério da Agricultura (MAPA), visando à ampliação do consumo de alimentos orgânicos por toda a população; a Campanha de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras nas CEASAS brasileiras; e a Campanha de Promoção da Saúde no SUS, lançada em 2015, que insere em suas ações a temática da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

Campanhas que promovem o consumo de alimentos saudáveis



PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VOLTADAS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

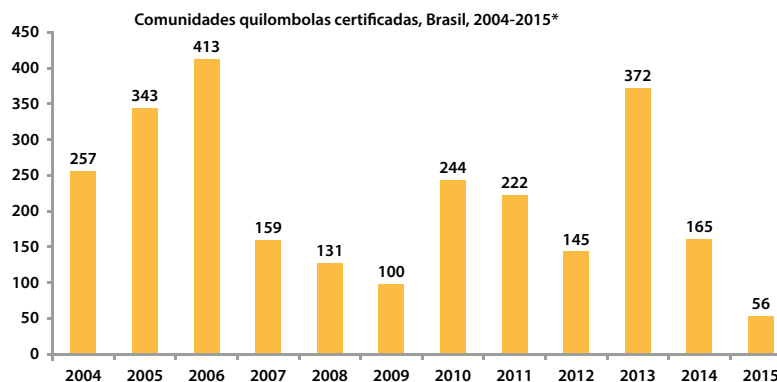
O direito à terra e ao território é um dos elementos estruturantes na promoção do etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais. Avanços na garantia desse direito são essenciais para a promoção da SAN desses grupos populacionais.

Regularização fundiária das comunidades quilombolas

A regularização fundiária das comunidades quilombolas é um procedimento intrinsecamente complexo e o governo o reconhece como um grande desafio. As 4 fases principais desse processo são a IDENTIFICAÇÃO, por meio da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); o RECONHECIMENTO, com emissão da Portaria de Reconhecimento pelo INCRA; a DECRETAÇÃO, por meio do Decreto de Interesse Social da Presidência da República; e, por fim, a TITULAÇÃO, com a expedição do título de propriedade em nome da Associação Quilombola, que é coletivo e indiviso.

Segundo dados do INCRA, **já foram titulados no Brasil, até setembro de 2015, cerca de 1.033.462 hectares, para 15.171 famílias, com a emissão de 189 títulos para 142 Territórios Quilombolas, beneficiando 233 comunidades.**

Em relação à certificação realizada pela Fundação Cultural Palmares, **2.607 comunidades quilombolas espalhadas pelo território nacional já foram certificadas.**



(*): Junho de 2015. Fonte: Fundação Cultural Palmares. Elaboração: CAISAN/MDS

Garantia da gestão das terras pelos povos indígenas

Fase do processo – situação da terra	Quantidade	Superfície (ha)
Delimitada	37	2.726.253,0479
Declarada	67	4.318.598,8429
Homologada	08	521.202,6119
Regularizada	467	104.896.260,898
Em estudo	129	0,0000
Portaria de intermediação	6	1.084.049,0000
Encaminhada RI	17	60.004,9631
TOTAL	731	113.606.369,3638

Fonte: FUNAI, agosto/2015.

Um criterioso mapeamento dos povos e comunidades tradicionais também se configura como elemento central para que seja possível a focalização de políticas públicas que considerem suas especificidades socioculturais e territoriais. O CadÚnico tem sido uma ferramenta importante nesse processo. Em 2011 eram apenas 173.726 famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais identificadas no Cadastro. Atualmente há 529.776, um aumento de 205%.

Grupo	Nº de famílias identificadas no CadÚnico em junho de 2015
Indígenas	143.064
Quilombolas	137.265
Comunidades de terreiro	4.888
Ciganos	3.858
Pescadores artesanais	126.844
Ribeirinhos	81.796
Extrativistas	32.061
TOTAL	529.776

Fonte: SENARC/MDS, junho/2015.

De outro lado, o investimento em políticas públicas como a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade estimulou a geração de trabalho e renda e promoveu a SAN e o etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais.

Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI)

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) são instrumentos de destaque na implementação da PNGATI, se configuram como processos participativos de construção de acordos políticos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas.

Apoio à elaboração e implementação de PGTAs			
Órgão	Instrumento	Recursos (milhões)	Região
FUNDO AMAZÔNIA/BNDES	Chamada Pública	66,6	Amazônia
FUNDO AMAZÔNIA/BNDES	Consulta Prévia	15,7	Amazônia
FUNDO AMAZÔNIA/BNDES	Consulta Prévia	6,6	Amazônia
PDPI/MMA	Chamada Pública	4	Amazônia Legal
FUNDO CLIMA/MMA/FUNAI	Chamada Pública	3	Cerrado/Caatinga
TOTAL		95,9	

Fonte: SEDR/MMA, julho/2015.

Atendimento* às famílias de povos e comunidades tradicionais no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Dados do Fomento acumulados de dezembro de 2012 a setembro de 2015		
	Famílias cobertas por Chamadas de ATER	Famílias que receberam recursos do Fomento
Quilombolas	15.020	3.654
Indígenas	16.090	1.268
Pescadores Artesanais	3.500	0

* Atendimento previsto em Chamadas de ATER específicas. Alguns contratos derivados dessas Chamadas ainda não foram assinados.

Fonte: SESAN/MDS, setembro/2015.

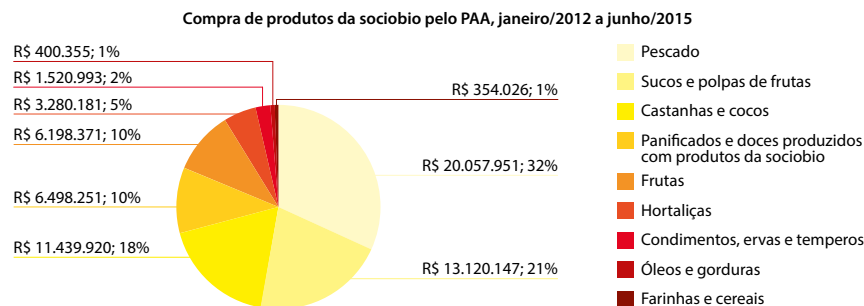
Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

De 2009 a 2015 foram executados R\$ 21.970.186,97 em subvenções PGPM-Bio, com mais de 60 mil acessos em 103 municípios e 12 estados brasileiros. A PGPM-Bio possibilita ao extrativista receber um bônus na venda do produto coletado nas florestas nas operações em que o preço pago pelo produto for inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal.

Subvenções da PGPM-Bio, dados acumulados de 2009 a setembro de 2015				
Estado	Valor Subvenção	Quant. (kg)	Nº de acessos	Produto
Maranhão	R\$ 7.506.510,10	8.267.011	45.065	Babaçu
Bahia	R\$ 6.081.889,84	15.658.154	3.025	Piaçava
Amazonas	R\$ 4.654.633,82	3.695.082	7.668	Açaí, Borracha, Andiroba e Piaçava
Acre	R\$ 1.621.914,08	824.196	2.504	Borracha
Rondônia	R\$ 810.365,36	466.704	1.300	Borracha
Pará	R\$ 590.053,05	505.789	440	Borracha e Andiroba
Amapá	R\$ 550.782,50	855.800	380	Castanha do Brasil
Mato Grosso	R\$ 75.038,15	33.231	69	Borracha
Ceará	R\$ 60.219,84	114.927	95	Babaçu
Paraíba	R\$ 11.117,97	9.706	22	Mangaba
Minas Gerais	R\$ 6.662,00	24.162	13	Pequi e Macaúba
Piauí	R\$ 1.000,26	2.779	12	Babaçu
	R\$ 21.970.186,97	30.457.541	60.593	

Fonte: Conab, setembro/2015.

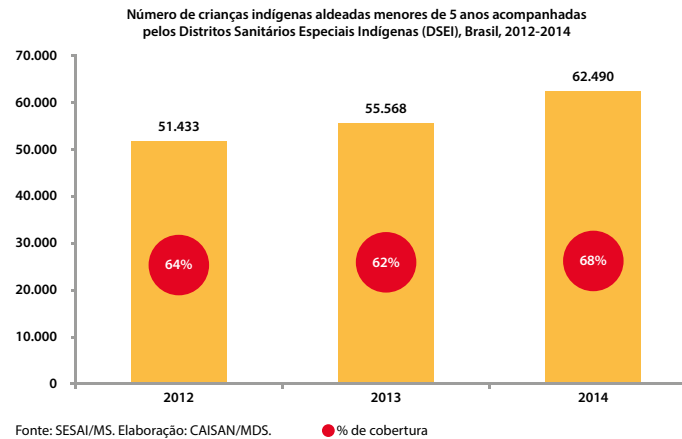
Nos últimos anos, o Programa de Aquisição de Alimentos investiu aproximadamente R\$ 63 milhões de reais na compra de produtos da sociobiodiversidade



Fonte: PAA Data. Elaboração: CAISAN/MDS

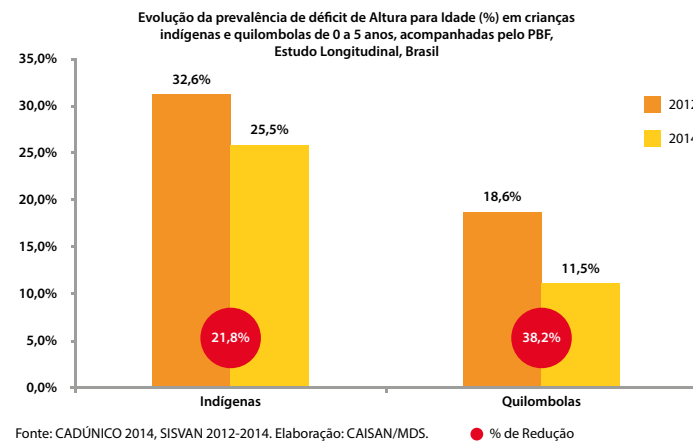
A questão do acesso à terra e do etnodesenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais deve estar alinhada também com as ações de saúde, alimentação e nutrição dessas populações. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Indígena, por exemplo, tem ampliado ao longo dos anos o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas.

Ampliação da cobertura do SISVAN Indígena



Resultados positivos já podem ser percebidos como consequência desse conjunto de ações específicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais, apesar de ainda serem muitos os desafios que precisam ser vencidos. Recente estudo realizado pela CAISAN identificou considerável queda na desnutrição de crianças indígenas e quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família entre os anos de 2012 e 2014.

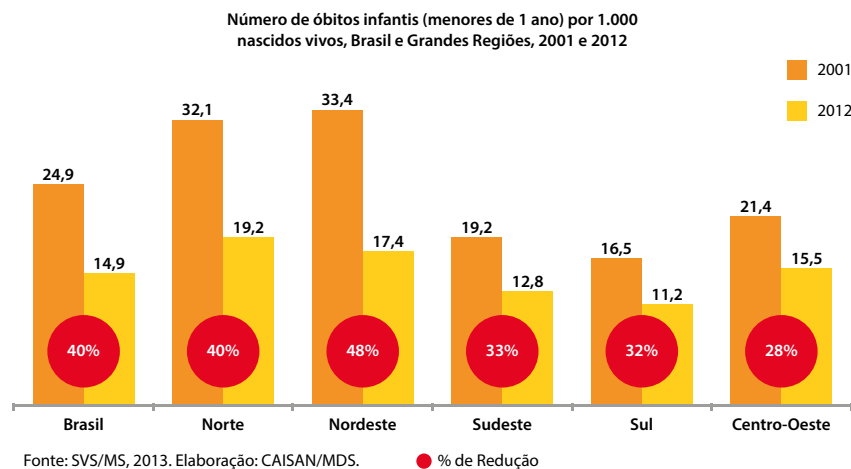
Redução da Desnutrição Crônica em crianças indígenas e quilombolas



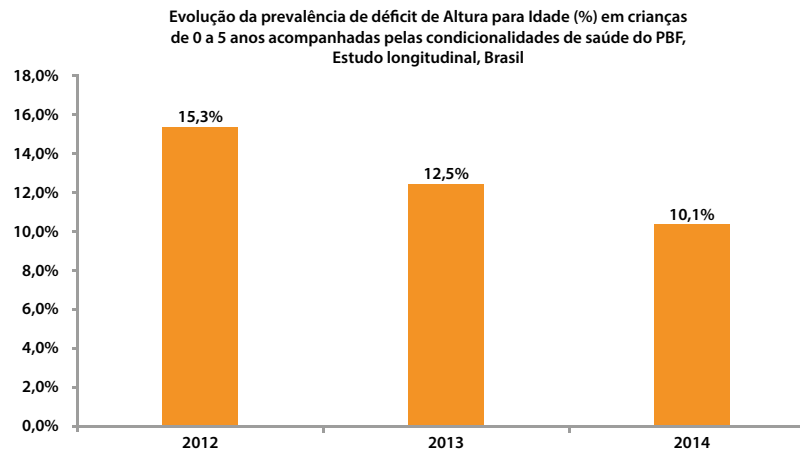
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE

As políticas de segurança alimentar e nutricional implementadas no Brasil nos últimos anos também proporcionaram avanços na área da saúde. Importantes indicadores como a taxa de mortalidade infantil e a prevalência de desnutrição em crianças de 0 a 5 anos refletem o êxito das políticas implementadas. Contudo, a desnutrição entre populações específicas, como povos indígenas e quilombolas, ainda mostra-se presente, sendo necessária a realização de ações intersetoriais e focalizadas para garantia do cuidado a este público. Além disso, outros desafios se colocam cada vez mais latentes, como as necessidades alimentares especiais e o aumento do sobrepeso e obesidade na população.

Queda da taxa de mortalidade infantil



Redução da Desnutrição Crônica em crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: CADÚNICO 2014, SISVAN 2012-2014. Elaboração: CAISAN/MDS.

O **custo da obesidade para o SUS**, em 2011, foi de quase meio bilhão de reais. O excesso de peso é um fator de risco para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como hipertensão, diabetes e câncer, as quais são responsáveis por mais de 70% das causas de morte no Brasil.

Enfrentar essa situação exige atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, por meio de ações intersetoriais e participação social. Nesse sentido, o governo assumiu o compromisso de deter a obesidade em adultos até 2019, o que poderá ser alcançado com a implementação da **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**, elaborada pela CAISAN, a qual reúne diversas ações do Governo Federal que contribuem para a redução da obesidade no país.

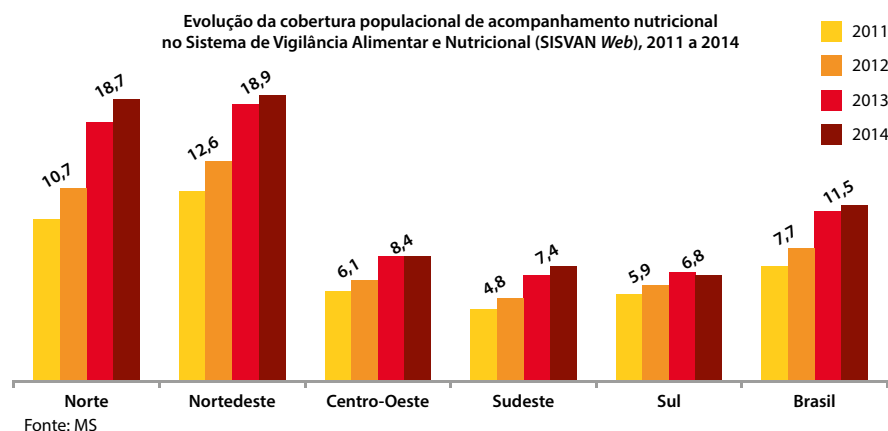
Outra frente de atuação intersetorial, aberta em 2015, é o **Pacto Federativo pela Alimentação Adequada e Saudável**, iniciativa do Governo Federal em parceria com os estados, que coloca em prática a prioridade da agenda de alimentação saudável. O objetivo

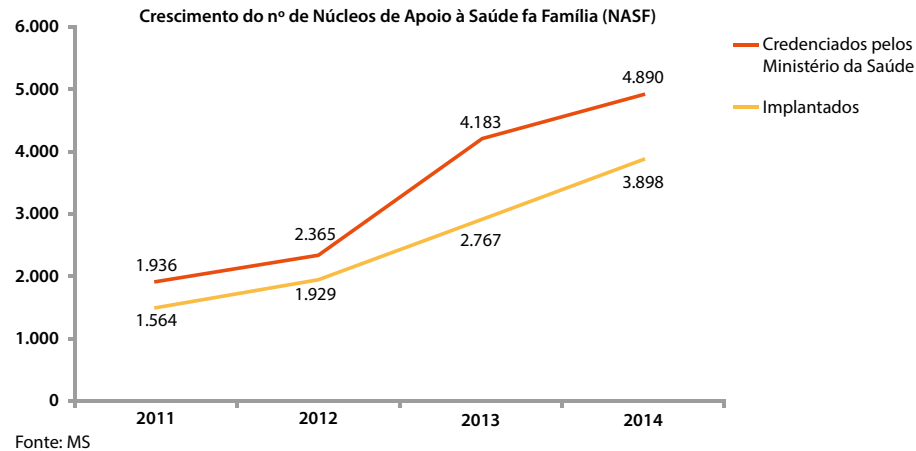
é promover a alimentação saudável dos brasileiros por meio do aumento da oferta de alimentos saudáveis da agricultura familiar e do estímulo ao consumo de alimentos saudáveis pela população. Os compromissos envolverão os setores do desenvolvimento social, saúde, educação, desenvolvimento agrário e outros, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Além dessas ações intersetoriais, diversas outras ações são desenvolvidas pelo setor saúde com intuito de prevenir as doenças relacionadas à má alimentação, destacando-se o lançamento da **Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó**; o **monitoramento e revisão das políticas de fortificação de alimentos**; a Cooperação com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a **redução nos teores de sódio** dos alimentos processados, estimando-se a retirada de mais de 28 mil toneladas de sódio desses alimentos até 2020; e a aprovação da obrigatoriedade da rotulagem de alimentos com ingredientes alergênicos.

A estruturação da atenção nutricional no âmbito da rede de atenção à saúde, em especial na atenção básica, e o fortalecimento da vigilância alimentar e nutricional nos serviços de saúde também se fazem fundamentais para o enfrentamento dos atuais desafios. Nesse sentido, destacam-se a **expansão dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)** e o lançamento do **Marco de Referência em Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica**.

Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica.





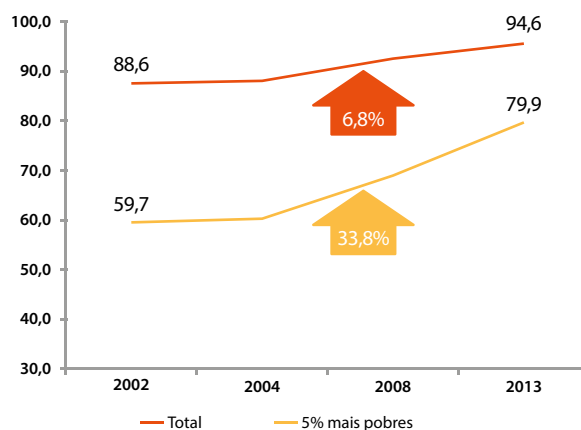
A Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS - **Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil** merece destaque como importante ação desenvolvida pelo Governo Federal nos últimos quatro anos para a promoção da alimentação adequada e saudável. A Estratégia tem como objetivo qualificar o processo de trabalho dos profissionais da atenção básica com o intuito de reforçar e incentivar a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de dois anos no âmbito do SUS.

Em relação às necessidades alimentares especiais, destaca-se a publicação do **Caderno de Atenção Básica v.3 - Cuidados em Terapia Nutricional**, que tem como objetivo apoiar as equipes de Atenção Básica e Atenção Domiciliar, bem como os gestores do SUS, para organização e oferta dos cuidados em Terapia Nutricional no âmbito domiciliar.

PROMOÇÃO UNIVERSAL À ÁGUA DE QUALIDADE E EM QUANTIDADE SUFICIENTE

Segundo o IBGE (PNAD, 2013) 94,6% dos domicílios possui acesso à água, seja por rede geral, cisterna, poço ou nascente. Quando se considera os 5% da população mais pobre do Brasil, houve um aumento de 33,8% no acesso à água desde 2003.

Domicílios com acesso à água por rede geral, cisterna, poço ou nascente com canalização (%)



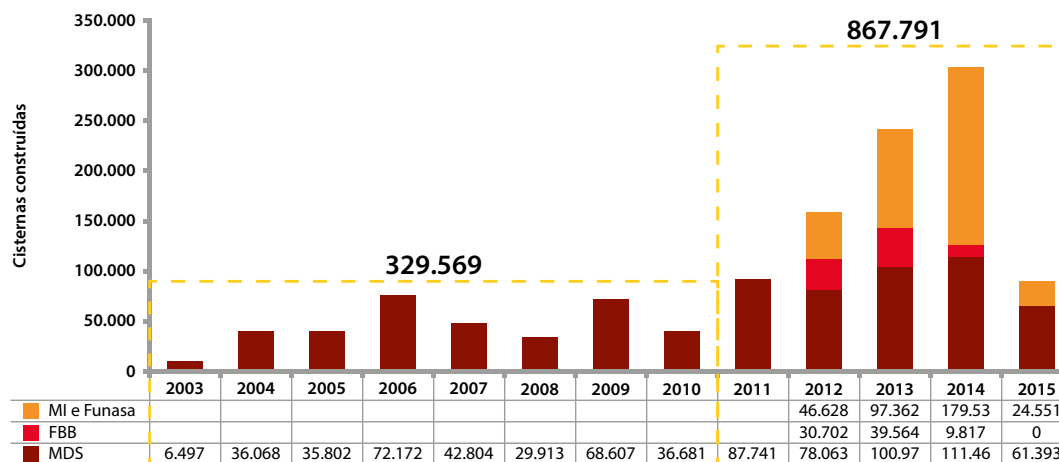
No caso do saneamento básico, entre 2002 e 2013, o aumento do acesso nos domicílios 5%

mais pobres foi da ordem de 53,4%.

Os principais avanços na **garantia do acesso à água de qualidade** no Brasil nos últimos anos são verificados na região em que historicamente esse desafio se mostrou mais significativo: o **semiárido brasileiro**. Trata-se de um relevante processo de transformação política derivado, em primeiro lugar, da mudança de mentalidade quanto ao significado da seca e, segundo, da consolidação do entendimento de que a sede no semiárido é um produto humano, social e político, e não um fenômeno natural.

O Programa Cisternas, a partir de 2003, e o Programa Água para Todos, implementado a partir de 2011 no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, foram responsáveis pela construção de aproximadamente **1,2 milhão de cisternas de armazenagem de água para consumo humano (1ª Água) no semiárido**. Entre julho de 2011 e dezembro de 2014 os investimentos realizados pelo governo federal foram da ordem de R\$ 6,8 bilhões.

Evolução da construção de cisternas no Semiárido – 1ª Água



Fonte: SESEP/MDS

* Dados de 2015 referentes à execução até o mês de agosto

As experiências bem sucedidas com tecnologias sociais na região do semiárido têm estimulado a **expansão dessas experiências para outras regiões** nas quais existem populações em situação de insegurança hídrica. Daí os recentes investimentos realizados para desenvolver e implantar tecnologias sociais de acesso à água potável em localidades

amazônicas.

Evolução da construção de cisternas fora do Semiárido expandido - 1ª Água

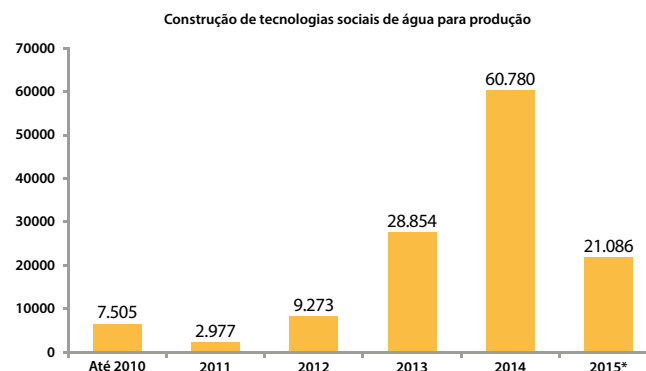
UF	Municípios Atendidos	Cadastradas	Entregas 2013	Entregas 2014	Entregas 2015	Total de Entregas
AM	33	10.504	2.526	6.218	447	9.191
GO	27	573	-	-	500	500
PA	31	-	-	-	128	128
RS	36	1.324	1	21	8	30
SC	79	4.907	22	125	-	147
TO	50	11.350	-	1.491	1.279	2.770
Total	256	28.658	2.549	7.855	2.362	12.766

Fonte: SESEP/MDS.

*Dados de 2015 referentes à execução até o mês de agosto.

A experiência do processo de convivência com a seca no semiárido propiciou a criação e implementação de diversas **tecnologias sociais de água para produção (2ª Água)**. De 2008 até agosto de 2015, mais de **130 mil tecnologias** já foram implementadas.

Evolução da construção de tecnologias sociais de 2ª Água



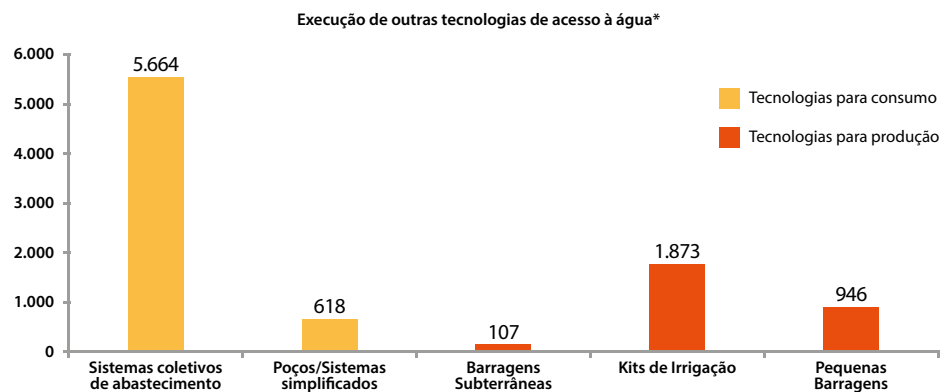
Fonte: SESEP/MDS. Elaboração: CAISAN/MDS

*Dados de 2015 referentes à execução até o mês de agosto.

Um dos motivos para o sucesso do Programa foi o **trabalho realizado de forma intersetorial por um conjunto de atores** - órgãos de governo, instâncias federativas, empresas e bancos públicos (MDS, MI, MMA, FUNASA, BB, Banco do Nordeste, Petrobrás e governos estaduais).

Há que se destacar também a parceria do governo feita com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), cujo protagonismo foi primordial para a revolução causada na região a partir da construção das cisternas. A multiplicidade de parceiros envolvidos propiciou também a **ampliação dos tipos de tecnologia de captação de água**, tanto para consumo humano como para produção.

Evolução da construção de outras tecnologias



Fonte: SESEP/MDS. Elaboração: CAISAN/MDS
* dados acumulados até agosto de 2015

Do ponto de vista institucional, destaca-se no período a promulgação do **Decreto nº 8.038, de 04 de julho de 2013**, que regulamentou o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas e padronizou a sua execução por meio de entidades privadas sem fins lucrativos.

APOIO A INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DHAA EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Cooperação Internacional em SAN

Na última década, o perfil das relações de cooperação do Brasil com outros países tem mostrado significativa alteração. De receptor de cooperação, o país tem se estabelecido como prestador de cooperação horizontal, recebendo demandas significativas por intercâmbio de experiências nas áreas de desenvolvimento social, pesquisa agropecuária e saúde. Como casos de sucesso, podemos citar o projeto PAA África (*Purchase from Africans for Africa*), baseado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a cooperação em torno do tema da alimentação escolar e a iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome” coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

PAA África

PAA África	
Iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), com o apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos da agricultura familiar.	
Países	
Etiópia Malauí Moçambique	Níger Senegal
1ª Fase 2012-2013 - Resultados	
3,7 milhões de reais 5.516 agricultores	420 escolas 128.456 estudantes
2ª Fase 2014-2015	
4 milhões de reais Resultados ainda não computados	

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é reconhecido mundialmente como um caso de sucesso, razão pela qual o Brasil é convidado a participar de diferentes modelos de acordos de cooperação internacional, visando à transferência de tecnologia social. Nesse contexto, destacam-se os Acordos Internacionais firmados entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O principal objetivo é apoiar o desenvolvimento de programas similares nos países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da SAN e do DHAA. 40 países recebem ou já receberam cooperação do Brasil no tema da alimentação escolar.

Diversos resultados podem ser mencionados, no caso da América Latina e Caribe, como:

- Apoio às Frentes Parlamentares para debate sobre o tema da alimentação escolar, favorecendo a elaboração de projetos de lei.
- Avanços nos marcos legais dos países: Paraguai, Bolívia, Guatemala, Honduras e El Salvador.
- Apoio às compras públicas da agricultura familiar para a alimentação escolar em sete países: Costa Rica, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Guatemala, Paraguai e El Salvador, num total de 16 municípios, em 120 centros escolares, atendendo cerca de 16.000 estudantes, beneficiando cerca de 535 agricultores familiares.
- Capacitação presencial de 6.702 profissionais da educação e técnicos vinculados à alimentação escolar nos países e de 1020 em curso semipresencial .
- Elaboração de Manual de Compras Locais e página web para articulação da rede de profissionais em torno do tema da alimentação escolar.

Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome

Segundo dados da FAO, a população com fome caiu de 14,7% em 1990-92 para 5,5% em 2014-2016. Apesar dos excelentes resultados alcançados, 34,3 milhões de pessoas na Região da América Latina e Caribe ainda passam fome. Na tentativa de reduzir ainda mais esse contingente, foram criadas várias iniciativas por parte dos países para desenvolver programas com enfoque na melhoria da SAN de sua população, baseadas no intercâmbio das experiências

exitosas, via cooperação horizontal.

As alianças estratégicas com a FAO permitem potencializar técnica e politicamente este processo, utilizando a capacidade e a capilaridade institucional estabelecida por este Organismo nos países da América Latina e Caribe.

Os Termos de Cooperação para a execução dos Projetos são direcionados para os seguintes temas:

- Fortalecer as iniciativas sócio-políticas e as estratégias e programas sobre SAN em cada país ou em um conjunto de países (sub-região), através de desenvolvimento de agendas de SAN acordadas intersetorialmente, com a participação da sociedade civil organizada;
- Fortalecer os espaços de diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil e novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional; e
- Fortalecer os programas de alimentação escolar, de forma a alcançar uma nova visão, por meio de atividades que fortaleçam o processo de institucionalização de programas e políticas de segurança alimentar e nutrição escolar.

Integração regional: participação do Brasil nos principais fóruns regionais de SAN

Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF)

A integração regional constituiu-se, a partir de 2003, em uma das prioridades da política externa brasileira. A partir dessa definição, formulou-se uma estratégia de afirmação da agenda da agricultura familiar no âmbito da integração regional com a proposta de criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), que se consumou em 2004.

Nestes dez anos a REAF contribuiu para o reconhecimento regional da importância socioeconômica da agricultura familiar, para a consolidação institucional do tema e para o fortalecimento do diálogo entre governos e sociedade nos países membros e associados e, também, no Mercosul. A REAF vem contabilizando - a partir do diálogo político entre governo

e sociedade civil - numerosos resultados positivos, dentre os quais se destacam: os avanços nos registros nacionais da agricultura familiar, nas compras públicas dos produtos do setor, nas políticas de promoção da igualdade e autonomia econômica das mulheres rurais e em iniciativas para a formação e incidência política da juventude rural.

Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC)

Em janeiro de 2015, durante a Cúpula dos Presidentes de San José, Costa Rica, a CELAC aprovou o Plano para a Segurança Alimentar, Nutricional e Erradicação da Fome 2025

O Plano está organizado em 4 pilares:

- Estratégias Coordenadas de Segurança Alimentar com enfoque de gênero e perspectiva de direitos humanos superando os desafios de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade;
- Acesso oportuno e sustentável a alimentos adequados, suficientes e nutritivos;
- Bem-estar nutricional, respeitando a diversidade de hábitos alimentares;
- Produção estável e resposta ante desastres sócioambientais.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN) é um instrumento político orientado para a construção de mecanismos de governança e implementação de planos de ação que contribuam para a realização progressiva do DHAA, num quadro de respeito pela soberania nacional. O objetivo da ESAN é contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados membros e da maior governança das políticas e programas setoriais de segurança alimentar e nutricional.

Fortalecimento de agendas estruturantes para a SAN

Agenda Internacional de Nutrição

Não se pode deixar de mencionar a ativa participação da delegação brasileira na 2ª Conferência Internacional de Nutrição em 2014 (ICN2, na sigla em inglês) e na preparação da iniciativa *Nutrition For Growth* (Nutrição para o Crescimento), que ocorrerá por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Nessa Diretriz, metas prioritárias para os próximos anos são a ampliação das ações de proteção, promoção e provimento do DHAA nas operações de cooperação internacional, por meio de iniciativas de caráter estruturante, social, econômica e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a autonomia e soberania alimentar, por meio de projetos implementados por organismos internacionais e projetos com participação direta do Governo brasileiro em sua elaboração e implementação; além do incremento da participação do Brasil, de forma qualificada e coordenada, nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais saudáveis no âmbito dos principais fóruns multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CSA)

O governo brasileiro apoia o protagonismo do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CSA) enquanto organismo multilateral capaz de coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional a nível mundial. Destaca-se na agenda do CSA a meta aprovada na atual Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que propõe a erradicação da fome no mundo até 2030; o apoio às ações de nutrição, acesso água e acesso à terra. O governo brasileiro participa ativamente da agenda do Comitê.

Ano internacional da agricultura familiar

O Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) foi instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2014 visando aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores e reforçar seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional das populações mundiais. O Brasil se engajou fortemente nesta agenda, marcada por inúmeros eventos nacionais, regionais e globais.

CAISAN

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Esplanada dos Ministérios

Bloco A, 4º Andar

Brasília/Df - CEP 70046-900

Fone: (61) 2030-2572

caisan.nacional@mds.gov.br

www.caisan.gov.br



Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

